

PERU

REPÚBLICA DO PERU

Chefe de Estado e de Governo:	Alan García Pérez
Penal de morte:	abolicionista para crimes comuns
População:	29,2 milhões
Esperança média de vida:	73 anos
Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):	38/27 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	89,6 por cento

Trinta e três pessoas morreram, 23 das quais agentes de polícia, e quase 200 manifestantes ficaram feridos quando a polícia dispersou membros das comunidades indígenas que tinham bloqueado uma estrada. Líderes indígenas foram intimidados e perseguidos. Os defensores dos direitos humanos continuaram a ser ameaçados. As violações dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres continuaram a causar preocupação.

Antecedentes

Ao longo do ano registou-se uma crescente tensão social e descontentamento com as políticas do governo, principalmente com os projectos de extracção de minerais e a legislação sobre a utilização das terras e recursos naturais. Esta situação levou a mobilizações e greves nacionais que paralisaram o país durante semanas.

O grupo armado da oposição Sendero Luminoso continuou activo em algumas partes da região andina e houve relatos de confrontos armados com o exército e com a polícia.

Direitos dos povos indígenas

Milhares de manifestantes indígenas bloquearam durante mais de 50 dias uma estrada na região amazónica em protesto contra uma série de leis, as quais, afirmavam, afectavam o seu direito fundamental à terra e aos seus recursos e, deste modo, à sua subsistência.

Uso excessivo da força e maus-tratos

A 5 de Junho, 33 pessoas, 23 das quais agentes de polícia, foram mortas e pelo menos 200 manifestantes ficaram feridos quando a polícia interveio para dispersar as pessoas que bloqueavam a estrada. A polícia usou força excessiva para dispersar a multidão, matando e ferindo vários transeuntes. Os manifestantes mataram 11 agentes de polícia que mantinham como reféns e outros 12 durante a operação policial. O paradeiro de um oficial de polícia envolvido na operação continuava desconhecido no final do ano. No rescaldo desta operação, dezenas de detidos queixaram-se de maus-tratos por parte da polícia.

Sistema judicial

Pelo menos 18 pessoas foram acusadas de cometerem distúrbios durante os protestos e por terem morto e ferido agentes de polícia, mas registaram-se poucos progressos na responsabilização judicial dos membros das forças de segurança responsáveis por violações dos direitos humanos dos manifestantes. Adicionalmente, seis líderes indígenas foram acusados de rebelião, sedição e conspiração contra o Estado, acusações que aparentemente não estavam baseadas em provas credíveis.

Desenvolvimentos legais e institucionais

Foram criados quatro grupos de trabalho, que incluíam representantes dos povos indígenas, para investigar a violência ocorrida a 5 de Junho, rever as leis que deram origem aos protestos, fazer recomendações sobre a criação de um mecanismo de consulta dos povos indígenas e propor um Plano Nacional de Desenvolvimento da Amazônia. Em Dezembro, a

Comissão criada pelos grupos de trabalho para investigar os confrontos de 5 de Junho apresentou o seu relatório ao Ministério da Agricultura. Contudo, dois dos membros da Comissão, incluindo o seu presidente, recusaram subscrever o relatório, afirmando que a Comissão não tinha tido tempo nem meios suficientes para levar a cabo uma investigação completa, e que o relatório não era imparcial.

Responsabilidade corporativa

Em Janeiro, foram publicadas fotografias relacionadas com a morte de um homem e os maus-tratos de outras 29 pessoas sob detenção, em 2005, na sequência de protestos contra um projecto britânico de exploração mineira no Noroeste do país. Os manifestantes alegaram terem sido torturados pela polícia e pelos seguranças da mina. Em Março de 2009, o Procurador do Ministério Público acusou vários agentes de polícia de tortura, mas decidiu não levar a julgamento a empresa mineira nem os seus seguranças. Contudo, as vítimas apresentaram queixa contra a empresa no Reino Unido, e em Outubro o Tribunal Superior emitiu uma providência cautelar contra a empresa Monterrico Metals no Reino Unido. O processo continuava pendente no Tribunal Superior no final do ano.

Em Dezembro, a polícia abateu a tiro dois homens e feriu outras oito pessoas em Cajas-Canchaque, distrito de Cármen de la Frontera, província de Huancabamba. A polícia abriu alegadamente fogo durante uma operação para prender um dos suspeitos de envolvimento num ataque incendiário a um acampamento de cobre de Rio Blanco, a 1 de Novembro, que resultou na morte de três empregados da mina.

Mortalidade materna

Foram tomadas algumas medidas para reduzir a mortalidade materna, que continuava a ser elevada nas zonas rurais e entre os povos indígenas. Em Março, foi introduzido o Plano Nacional para a Redução da Mortalidade Materna, o qual incluía medidas para aumentar o acesso aos cuidados de saúde, incluindo aos cuidados obstétricos de emergência, e melhorar a participação comunitária. Contudo, causava preocupação a forma como este plano seria interligado com as políticas já existentes.

Direitos sexuais e reprodutivos

Foram tomadas medidas para descriminalizar o aborto em determinadas circunstâncias, incluindo quando a gravidez é resultado de violação.

Em Novembro, no entanto, o Tribunal Constitucional decretou que o Estado não podia distribuir ou vender contraceção oral de emergência. Esta decisão prejudicava as mulheres pobres, que não tinham dinheiro para adquirir este tipo de contraceção, o qual continuou disponível nas farmácias.

Direitos das pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais e transexuais

As pessoas lésbicas, homossexuais e transexuais continuaram a enfrentar discriminação e maus-tratos. Os responsáveis raramente eram responsabilizados.

■ Em Janeiro, Techí, uma mulher transexual, foi sequestrada e torturada por membros de um grupo de vigilantes de bairro na localidade de Tarapoto, província de San Martín. No final do ano, ainda decorria o julgamento de três pessoas acusadas do ataque a Techí.

Defensores dos direitos humanos

Os defensores dos direitos humanos foram ameaçados e intimidados. As autoridades não deram um sinal claro de que estes actos não seriam tolerados e não tomaram medidas para garantir que estas ameaças eram devidamente investigadas. Em Setembro, o defensor dos

direitos humanos e antigo presidente da Comissão de Verdade e Reconciliação de 2001, Salomón Lerner Febres, foi ameaçado de envenenamento num telefonema anónimo. Os seus dois cães de guarda tinham sido envenenados no início desse mês.

■ Em Setembro, a defensora dos direitos humanos Gisela Ortiz Perea foi acusada por um jornal de ser um membro importante do Sendero Luminoso, no que parece ter sido uma tentativa de intimidação devido ao seu apoio às vítimas de violações dos direitos humanos durante o governo de Alberto Fujimori (1990-2000).

Impunidade

Em Abril, o antigo presidente Alberto Fujimori foi condenado a 25 anos de prisão por violações graves dos direitos humanos. No entanto, a impunidade permanecia uma preocupação. Não foram investigados dezenas de casos de alegadas mortes por parte de polícias, por entre sérias preocupações de que um decreto-lei de 2007 estava a ser usado para impedir as investigações a alegadas execuções extrajudiciais. O decreto-lei reformava o código penal e isentava de acusação polícias que ferissem ou matassem suspeitos em serviço. Não se registaram progressos na implementação das recomendações da Comissão de Verdade e Reconciliação de 2001, criada para investigar as violações dos direitos humanos cometidas durante o conflito armado interno (1980-2000).

Registaram-se poucos progressos no que diz respeito aos 1000 casos de violações passadas dos direitos humanos apresentados ao Gabinete de Procurador do Ministério Público desde 2003. O Ministério da Defesa continuou a reter informações nos casos que envolviam pessoal militar.

O Conselho de Reparações, organismo criado em 2006 para compilar um registo das vítimas de violações dos direitos humanos nas duas décadas de conflito armado interno de modo a que estas pudessem pedir compensação, foi forçado a suspender o seu trabalho em Novembro por falta de recursos.

Visitas/relatórios da Amnistia Internacional

🚗 Delegados da Amnistia Internacional assistiram ao julgamento de Alberto Fujimori em Abril e visitaram o Peru em Julho e Agosto para realizar pesquisas.

■ Falhas fatais: Obstáculos à saúde materna no Peru (AMR 46/008/2009)

■ Peru: Bagua, seis meses depois (AMR 46/017/2009)